

## **CONSTRUÇÃO DE PROTOCOLOS DE CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA NA DEFESA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS**

Coordenador: RUMI REGINA KUBO

A oficina versa sobre os desafios no processo de implementação dos Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Livre Prévio e Informado. Estes protocolos comunitários de consulta e consentimento prévio, livre e informado, amparados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Sobre Povos Indígenas e Tribais (1989) e, no contexto brasileiro, além da Constituição brasileira, pelo Decreto 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais,, são documentos elaborados pelos povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que estabelecem os procedimentos para a consulta prévia, livre, informada e de boa fé, para que sejam respeitadas as especificidades culturais, as formas de organização social, as formas de tomada de decisão coletiva e de forma autônoma e as instituições próprias de cada coletividade. Num processo de crescente ameaça a autonomia e segurança das diferentes coletividades, tem se constituído em uma importante ferramenta de reconhecimento e defesa dos territórios tradicionais. Mas tem também suscitado dúvidas e diferentes formas de interpretação e condução. Dessa forma, na oficina, busca-se oferecer uma abordagem introdutória, com os conceitos norteadores, o amparo legal, algumas experiências e, sobretudo, o espaço para os participantes trazerem suas experiências, dúvidas e situações, de forma a, em grupo, refletirmos sobre a complexidade, as potencialidades e os limites de tais ferramentas institucionais.